

70 anos
de cinema educativo
no país:
a trajetória
do INCE

12



Humberto Mauro

No dia 13 de janeiro de 1937, por meio do Decreto número 378, o presidente Getúlio Vargas, ao dar nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, autorizou a criação de dezenas de organismos públicos que iriam desenvolver, a partir de então, toda a estrutura de gestão pública de projetos educacionais e culturais do país.

ao CTAV

No âmbito desse decreto são criados, entre outros organismos, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Comissão do Teatro Nacional, o Serviço de Rádio Difusão Educativa (Rádio MEC), a Universidade do Brasil, o Instituto Nacional de Pedagogia e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (art. 4o) “ destinado a promover e orientar a utilização da cinematographia, especialmente como processo auxiliar de ensino, e ainda como meio de educação popular em geral”.

Assim, há 70 anos, por meio do INCE, o Brasil dava início a seus primeiros projetos de políticas públicas para a atividade cinematográfica.

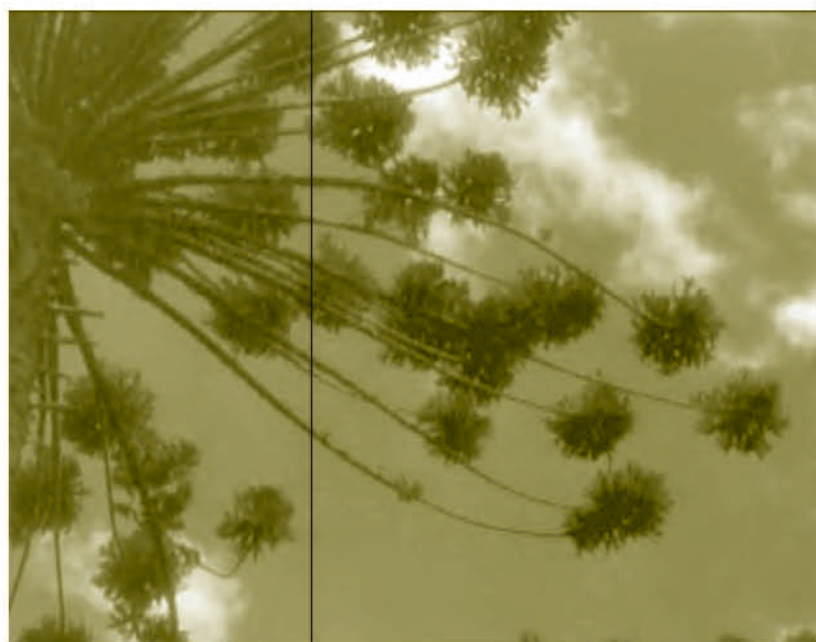
ANTECEDENTES

O Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) foi idealizado pelo médico antropólogo e cientista Edgard Roquette-Pinto, também fundador da primeira rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), hoje Rádio MEC- RJ.

Nacionalista e visionário, Roquette-Pinto acreditava no cinema como veículo de formação da nacionalidade e de difusão pedagógica - pela reverência e fascínio que as imagens em movimento exerciam sobre as pessoas.

A criação do INCE deu-se no âmbito de discussões que vinham sendo travadas desde o início da década de 1920 por produtores, diretores e atores em defesa de uma fatia de um mercado dominado pelo filme estrangeiro. Humberto Mauro, com a Phebo Filmes, em Cataguases (MG); o ourives Edson Chagas, com a Aurora Filmes, em Recife (PE); Ademar Gonzaga com a Cinédia, e Carmen Santos com Brasil Vita, os dois últimos no Rio de Janeiro, acreditavam e investiram na produção de filmes nacionais de qualidade.

Em 1932, o presidente Getúlio Vargas, atendendo às pressões dos cineastas, assina o Decreto Lei 2.240, a primeira lei de proteção do filme nacional, que tornava compulsória a projeção de um curta-metragem brasileiro precedendo a exibição do longa estrangeiro. A medida, só efetivada dois anos depois (1934), vai permitir uma breve sobrevida financeira dos estúdios e laboratórios estabelecidos e o surgimento de produtores nacionais independentes.





OBJETIVOS E TRAJETÓRIA

O INCE tinha entre seus objetivos “estímulo e receptividade a inquietações criadoras, no sentido de dimensionar em novas bases a prática do cinema como instrumento de ensino e expressão cultural”.

Embora criado, oficialmente, em janeiro de 1937, desde março de 1936, o INCE já funcionava por meio de uma Comissão Instaladora, sob o comando do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional, alcançando uma produção inaugural de 26 títulos, realizados pelo cineasta Humberto Mauro, primeiro diretor contratado pela instituição.

Essa produção inicial vai balizar um procedimento que seria adotado nos anos seguintes: a presença de consultores na produção dos filmes – cientistas, professores, pessoas ligadas às letras e às artes - que incluíram, entre tantos: Heitor Villa-Lobos, Vital Brasil, Tasso da Silveira, Affonso de Taunay, Carlos Chagas Filho, Miguel Osório de Almeida, Lúcia Miguel Pereira e Alyrio de Mattos, sob a supervisão de uma pequena equipe dirigida por Humberto Mauro.

Um levantamento patrimonial desse acervo, realizado em 1943, apontava a existência, na filmoteca do INCE, de 587 filmes e 110 diafilmes, englobando filmes realizados pelo próprio INCE e outros adquiridos por compra, oferta ou permuta.

Até a saída de Roquette-Pinto da direção do INCE, em 1947, Humberto Mauro vai realizar, em média, duas dezenas de filmes por ano. A partir daí, sua produção decresce na mesma proporção da perda do prestígio e das finalidades do Instituto.

Até a década de 1960, esse acervo físico foi composto por cerca de duas mil latas, abrigando o que restou de um primeiro projeto de Estado para o cinema educativo e o audiovisual brasileiros.

Parte considerável, no entanto, já estava perdida, conforme constatou e publicou – Catálogo de filmes produzidos pelo INCE/INC- o pesquisador da Cinemateca Brasileira, Carlos Roberto de Souza, a partir de pesquisas realizadas entre 1987 a 1990.

Em 1964, quando Mauro só fazia contar os dias para a aposentadoria – que veio compulsória, em 1967, aos 70 anos – foram listados 265 filmes no acervo, mas esses números nunca foram exatos.

Em 1966, o INCE transformou-se em Instituto Nacional de Cinema (INC), uma autarquia federal, com autonomia técnica, administrativa e financeira, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura.

Nove anos depois, em 1975, o INC é extinto, passando suas atribuições e acervo para a EMBRAFILME, uma Sociedade de Economia Mista, criada seis anos antes, em 12 de setembro de 1969.

INCORPORAÇÃO À EMBRAFILME

“A enorme contribuição que esse órgão trouxe à cinematografia brasileira foi tão evidente que se pode afirmar que a história do cinema em nosso país se divide em duas fases: antes e depois da criação do INC”, reconheceu o ministro Ney Braga ao encaminhar mensagem à presidência da República, justificando o pedido de extinção do órgão. Destacava que o “INC já havia cumprido sua missão pioneira de abrir caminhos

para a implantação de uma indústria cinematográfica vigorosa, seja pelo estabelecimento de normas e resoluções tendentes a disciplinar e harmonizar interesses entre produtores, distribuidores e exibidores, e assegurar o acesso, por lei, ao mercado interno, seja através de concessões de estímulos financeiros ou de promoção do filme nacional no exterior”(1).

Na EMBRAFILME, as atribuições do antigo INCE e INC - e atual CTAv- foram assumidas pela Diretoria de Operações Não-Comerciais, conforme artigo nº 28 do seu Estatuto:

“atuação no campo da cultura cinematográfica - produção co-produção e difusão de filmes educativos, científicos, técnicos e culturais; pesquisa, prospecção, recuperação e conservação de filmes; formação profissional; documentação e publicação, promoções culturais cinematográficas; convênios com escolas de cinemas, cinematecas, cineclubes e outras entidades culturais sem fins lucrativos; e organização e participação em mostras e festivais no país e exterior”.

A CRIAÇÃO DO CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL

Em 1985, é criado o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), vinculado a essa Diretoria de Operações Não-Comerciais da EMBRAFILME, por meio de acordo de cooperação técnica com o National Film Board (NFB), do Canadá.

Entre os objetivos do CTAv nomeados no acordo, estão:

“Apoiar o desenvolvimento da produção cinematográfica nacional, dando prioridade ao realizador independente de filmes de curta,

média e, eventualmente, longa-metragem; estimular o aprimoramento da produção de filmes de animação e curta-metragem; (...) promover a implantação de medidas voltadas à formação, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário à atividade cinematográfica; (...) atuar como órgão difusor de tecnologia cinematográfica para núcleos regionais de produção e apoiar o surgimento deles.”

Ainda no âmbito desse acordo de cooperação entre as cinematografias brasileira e canadense, estavam previstos desdobramentos futuros, tais como: projetos de distribuição não-comercial e comunitária; estratégias, meios e técnicas de difusão eletrônica; intercâmbio; e programa de co-produção de filmes, respeitando a liberdade de criação, com prioridade àqueles realizados por cineastas do sexo feminino dos dois países.

INCORPORAÇÃO À FUNDAÇÃO CINEMA BRASILEIRO

Em julho de 1988, foi criada a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), iniciativa surgida em meio a intensos debates da classe cinematográfica - um órgão de desenvolvimento e difusão do cinema como manifestação cultural (curta e média metragem) – no que se diferia da EMBRAFILME, já então caracterizada como uma empresa voltada para a produção de longa-metragem e sua inserção e regulação no mercado cinematográfico. O CTAv passa a integrar a estrutura da FCB, mantendo todas as suas atribuições culturais advindas do INCE, INC, EMBRAFILME e às que se acrescentaram como órgão técnico, a partir de acordo com o National Film Board, do Canadá, em 1985.

Em 15 março de 1990, por meio de Decreto-Lei, o Ministério da Cultura e todas as fundações e empresas a ele vinculadas, entre elas, a FCB e a EMBRAFILME, são extintas. Nesse mesmo ano, como alternativa, foi criada a Secretaria de Cultura, ligada diretamente à Presidência da República.

INCORPORAÇÃO AO IBAC, FUNARTE E SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

No ano seguinte, em 1991, foi criado o IBAC – Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, que absorveu o que restou de pessoal técnico e atribuições políticas e culturais das extintas fundações. Em 1994, é recriada a Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, cuja estrutura passa a abrigar atividades das extintas Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen) e Fundação do Cinema Brasileiro (FCB).

A partir de 1994, o CTAv, vinculado à FUNARTE, retoma suas atividades promovendo mostras de curtas- metragens, distribuição de produtos audiovisuais (Cd-rom, DVD e VHS), que somam hoje mais de 100 títulos lançados, comercialização (aluguel, venda ou cessão) de filmes ou trechos de filmes pertencentes ao acervo e, principalmente, apoiando o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, priorizando o realizador de curtas e médias-metragens na forma de co-produção de produtos, cessão de equipamentos e serviços técnicos.

Em 2003, o CTAv é incorporado à estrutura da recém-criada Secretaria do Audiovisual- órgão da administração direta do Ministério da Cultura.

(1) Legislação do Cinema Brasileiro. Rio, Ed. EMBRAFILME, 1978, págs 11 e 12.